

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS/GV
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO

GUSTAVO DIAS GOMES DUARTE

REFORMAS GERENCIAIS NO ESTADO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Governador Valadares

2021

GUSTAVO DIAS GOMES DUARTE

**REFORMAS GERENCIAIS NO ESTADO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DOS
IMPACTOS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao curso de Administração do Departamento de Administração do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Governador Valadares da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração. Orientador: Prof. M. Rossi Henrique Soares Chaves

Governador Valadares

2021

AGRADECIMENTOS

Chegou ao fim um ciclo de muitas risadas, surtos de ansiedade, felicidades e frustrações. Sendo assim, dedico este trabalho primeiramente aos meus pais por todo o esforço que fizeram para mim durante esse período acadêmico, por serem pessoas essenciais, por me incentivarem a ser uma pessoa melhor e não desistir dos meus sonhos.

Dedico também a todos os amigos que fiz durante os 5 longos anos da faculdade, que me ajudaram no período acadêmico e em especial minha amiga Deborah, por esta comigo durante esse tempo, me dando forças e me ajudando nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Quero agradecer também meu orientador Rossi, por me aceitar a conduzir e ajudar na construção deste trabalho, a disposição que ele teve desde o primeiro contato se comprometendo a me ajudar na elaboração do TCC.

E por fim, mas não menos importante, queria agradecer também a todos os meus professores do curso de Administração da UFJF - GV e a própria Universidade por me proporcionar uma experiência de vida que me vai me agregar tanto profissionalmente quanto como cidadão.

“Nós não precisamos de nenhuma educação
Nós não precisamos de nenhuma lavagem cerebral
De nenhum sarcasmo na sala de aula
Professores, deixem as crianças em paz
Ei! Professor! Deixe as crianças em paz!
Em suma, é apenas mais um tijolo no muro
Em suma, você é apenas mais um tijolo no muro”

(Trecho traduzido da música Another Brick in The wall, Pink Floyd)

RESUMO

O presente trabalho vem analisar os impactos das reformas gerenciais do Estado brasileiro na área da Educação, após o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) idealizado por Bresser-Pereira (1995). Os métodos utilizados para tal análise, foram o levantamento bibliográfico e a pesquisa social, no qual, a partir de autores conhecidos na área, índices sociais, gráficos e tabelas podemos concluir que as reformas pretendidas pelo Plano Diretor consolidaram a ascensão do setor privado no ensino superior, através do processo de mercantilização que pode ser entendido como a tentativa do Estado de eximir da responsabilidade de ofertar a educação, mesmo sendo prevista na Constituição Federal de 1988; precarizou a qualificação dos profissionais da educação, além dos investimentos e metas previstas pelo Plano Nacional de Educação não serem cumpridas. Deste modo, é possível perceber com todos esses problemas o nível de aprendizagem dos alunos também fosse afetada, tanto no ensino básico quanto em relação ao ensino superior.

Palavras Chaves: Gerencialismo, PDRAE, Educação.

ABSTRACT

The present work analyzes the impacts of the managerial reforms of the Brazilian State in the area of Education, after the Master Plan for the Reform of the State Apparatus (MPRSA) idealized by Bresser-Pereira (1995). The methods used for such analysis are the bibliographical survey and the social research, in which, from known authors in the area, social indexes, graphs and tables we can conclude that the reforms intended by the Master Plan consolidated the ascension of the private sector in higher education, through the process of mercantilization that can be understood as the attempt of the State to exempt from the responsibility of offering education, even though it is foreseen in the Federal Constitution of 1988; it made the qualification of the education professionals precarious, besides the investments and goals foreseen by the National Education Plan not being accomplished. Thus, it is possible to realize that with all these problems, the students' learning level was also affected, both in basic education and in higher education.

Key-words: Managerialism, MPRSA, Education.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura 2009-2019.....	22
Gráfico 2: Matrículas em instituições de educação Privadas e Públicas 2008- 2018.....	28
Gráfico 3: Matrículas presencial e a distância 2008- 2018.....	28
Gráfico 4: Distribuição de estudantes por raça. Entre 2001 a 2011.....	32
Gráfico 5: Conceito Enade 2018.....	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Comparação de Piso salarial entre Brasil e Membros da OCDE (2018).....	19
Tabela 2: Gastos anuais da União com o Fies.....	24
Tabela 3: Concessão de Bolsas ProUni 2005 - 2016.....	25
Tabela 4 - Comparação da expansão entre IES públicas e Privadas.....	26

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PREMISSAS DO PENSAMENTO LIBERAL: ESTADO E GERENCIALISMO	12
2.1 REFORMA GERENCIAL: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA	14
2.2 REFORMAS GERENCIAIS: IMPACTOS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO	17
2.2.1 EMENDA CONSTITUCIONAL 95 (TETO DE GASTOS) E OS IMPACTOS NO INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO	29
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
4 REFERÊNCIAS	36

1. INTRODUÇÃO

O modelo gerencial de administração pública do Estado, segundo Abrucio (2010), teve a pretensão de solucionar a crise do Estado de Bem-estar social e também do modelo burocrático de administração, em um cenário econômico de reestruturação de acumulação do capital. Surgido através do movimento neoliberal, o gerencialismo tinha como proposta diminuir a máquina pública e deixar a administração pública mais eficiente adotando medidas de gestão do setor privado, ao passo que visou reduzir o campo de atuação do Estado no que diz respeito às políticas sociais.

Segundo Paes de Paula (2005), em seu livro *Por uma Nova Gestão Pública*, os primeiros países a aderirem a esse novo modelo, foram, o Chile com a ditadura de Pinochet (1973-1990), os EUA e a Inglaterra, com a eleição de Ronald Reagan (1981-1989) e Margaret Thatcher (1979-1990) respectivamente. Nos três casos houveram reformulação no Estado, sempre alinhada a lógica gerencial, modelo utilizado pela iniciativa privada para administrar empresas.

No Brasil, o modelo gerencial de gestão do Estado ganha força a partir da década de 1990 sobretudo pelo cenário de crise de acumulação de capital que se arrastava desde o começo da década de 1980. As reformas gerenciais ganharam mais atenção no governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2003) que, juntamente com Luiz Carlos Bresser-Pereira, promoveu profundas mudanças no Estado brasileiro. Com isso foi proposto a criação do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) que tinha como propósito reformular as diretrizes do aparelho estatal brasileiro, assim como aderir ao receituário do Consenso de Washington que, entre outras coisas, visava a maior abertura econômica de países periféricos para a atuação do capital internacional.

As reformas contidas no plano foram promovidas em diversas esferas do Estado, assim como na parte propriamente da máquina estatal como nas prestações de serviços. Dentro desse cenário, reformas no âmbito educacional foram realizadas na tentativa de desburocratizar, entre outros, o ensino superior para que, supostamente, uma nova parcela da população brasileira pudesse ter acesso a esse serviço.

A partir do governo FHC, criou-se a Lei de Diretrizes e Base da Educação Básica (LDB) em que fortaleceu a tendência à descentralização normativa, executiva e financeira do sistema educacional. A partir de 2003, os governos petistas continuam o processo de reformas no âmbito

educacional, fazendo com que o número Institutos de Ensino Superior (IES) aumentasse consideravelmente, o que por um lado foi consequência da cada vez maior participação da iniciativa privada na mercantilização do sistema educacional, e por outro lado foi decorrência dos crescentes subsídios estatais (por exemplo: FIES e PROUNI).

O ensino superior no Brasil é historicamente marcado pelo nível reduzido de abrangência em relação à sua população. Isso fez com que a partir da década de 1990, com a LDB, ocorressem mudanças no setor possibilitando a entrada de sociedades empresariais no ensino superior, inclusive as Sociedades Anônimas (SA).

Com isso, nos anos 2000, em conjunto com as alterações na regulamentação, as políticas de avanço à educação superior, o crescimento econômico com elevação do salário mínimo, o desemprego em níveis baixos e uma demanda expressiva da população por ingressar no sistema de ensino superior são elementos fundamentais para entender o crescimento substancial do setor. Além desses fatores, a consolidação da iniciativa privada na educação pode ser entendida também pela abertura de capital especulativo no mercado de ações na bolsa de valores brasileira, o que proporcionou um cenário de emergência de grandes grupos de redes educacionais como a rede Kroton.

Após os governos petistas, o governo de Michel Temer (2016-2018) continuou-se o processo de mercantilização do sistema educacional, com a criação da Proposta de Emenda Constitucional 241/55 (PEC) do teto de gastos em que congela, entre outras coisas, os investimentos do poder público na educação por 20 anos e a portaria N° 1.428 em que aumentava de 20% para 40% as aulas a distância para os cursos do ensino superior, abrindo espaço para a iniciativa privada explorar e dominar ainda mais o setor educacional.

Diante desse cenário, o presente trabalho propõe-se a analisar os impactos das reformas gerenciais (1994-2018) no sistema educacional brasileiro na oferta dos serviços públicos de Educação, em especial o Ensino Superior, que vêm ocorrendo desde o governo de FHC até o governo atual.

A hipótese utilizada para a pesquisa é que as reformas administrativas do Estado brasileiro de cunho gerencialista tem provocado profundos efeitos no processo de mercantilização do ensino superior ao passo que precariza o ensino superior público.

Para a realização desta pesquisa, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que se propôs a discutir e entender as reformas gerenciais, assim como seus impactos sobre a educação. Utilizamos de dados disponibilizados pelo portal do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), também utilizados dados secundários obtidos na bibliografia pesquisada e em canais de notícia online.

Esse tema se faz necessário para analisarmos como as reformas feitas na educação consolidaram a ascensão do setor privado no ensino superior, precarizou a qualificação dos profissionais da educação, além dos investimentos e metas previstas pela mesma não serem cumpridas e quais as consequências que podem acontecer e que já acontecem para as IES públicas e com os docentes.

O método utilizado no presente trabalho é o levantamento bibliográfico, no qual foi utilizada também a pesquisa social. De acordo com Galvão (2011), o levantamento bibliográfico consiste em um tipo de pesquisa em que não se busca enumerar ou medir eventos, ela consiste em um levantamento de dados que expressam os sentidos do fenômeno.

A pesquisa foi desenvolvida da seguinte forma: primeiro, foi feito um levantamento bibliográfico sobre o modelo gerencial, a sua implementação no Estado brasileiro e depois a partir do Plano Diretor, as reformas feitas na área da educação. Os principais autores que contribuíram para esse levantamento foram, Paes de Paula (2005), Fontoura (2019) e Ometto, Furtoso e Silva (1995).

Após feito o levantamento, foi utilizada a pesquisa social, no qual a partir de índices, gráficos, tabelas e autores conhecidos na área, contribuíram para a analisar os impactos das reformas na área educacional. Os gráficos e tabelas foram retirados de sites do governo federal (Ministério da Educação) e os índices foram retirados de trabalhos feitos por autores conhecidos na área como, Chaves (2010), Marques (2019), Leopoldo e Silva (2001) e Mancebo, Vale e Martins (2015).

Objetivo: Analisar o impacto das reformas administrativas do Estado brasileiro (1994-2018) na oferta dos serviços públicos de Educação, em especial o Ensino Superior.

Hipótese: As reformas administrativas do Estado brasileiro de cunho gerencialista tem provocado profundos efeitos no processo de mercantilização do ensino superior ao passo que precariza o ensino superior público.

2. PREMISSAS DO PENSAMENTO LIBERAL: ESTADO E GERENCIALISMO

Na década de 1930, John Maynard Keynes realizou uma detalhada reavaliação do pensamento neoclássico e elaborou alternativas às políticas econômicas liberais vigentes. Entre suas recomendações, figura uma significativa ampliação da intervenção estatal e dos gastos governamentais para estimular o crescimento econômico e ampliar a acumulação de capital, gerar empregos e promover o bem-estar social.

Esse modelo de intervenção, também conhecido como *welfare state* ou Estado de bem-estar, foi questionado pelos liberais durante todo o pós-guerra, pois enquanto esse modelo continuou garantindo a prosperidade econômica nos países centrais, os adeptos do livre-mercado permaneceram como uma voz discordante, mas esse quadro mudou quando o mesmo entrou em crise a partir de meados da década de 1970 com a crise do petróleo.

Em contraposição ao modelo proposto por Keynes, a Escola de Chicago que se diferencia por criar uma abordagem empírica chamada de monetarismo, nesse contexto eis que surge os *think tanks*, em que tinha o objetivo de aproximar as elites intelectuais e governamentais de visões de livre-mercado e estado-mínimo (PAES DE PAULA, 2005).

Diante disso, para Fontoura (2019), podemos entender que o nascimento do Sistema Gerencial se deu após crise do Estado de Bem-Estar Social e também no esgotamento do modelo burocrático de administração. Podemos destacar que, as escolas neoliberais exerceram grande influência nos preceitos gerenciais de governança pública, como redução do Estado por meio de privatizações, redução de direitos trabalhistas, maior abertura da economia entre outros. Um reflexo destas ideias pode ser melhor observado no governo neoliberal de Margaret Thatcher (1979-1990), no Reino Unido, e o de Ronald Reagan nos Estados Unidos da América (1981-1989).

Em resumo, para Paes de Paula (2005) o sistema gerencial tinha como características centrais a descentralização do aparelho do Estado, que separou as atividades de planejamento e execução do governo e transformou as políticas públicas em monopólio dos ministérios, privatização de estatais, terceirização dos serviços públicos, regulação estatal das atividades públicas conduzidas pelo setor privado e uso de idéias e ferramentas gerenciais advindas do setor privado. Temos aqui o advento da chamada ideologia do “cidadão-cliente” e do “Estado-empresa”. Segundo o Plano Diretor, a administração pública gerencial enxerga o cidadão como

contribuinte de impostos e como cliente dos seus serviços e seus resultados da ação do Estado são considerados bons se as necessidades do cidadão cliente está sendo atendidas.

Ainda de acordo com o plano, a reforma do Estado envolve múltiplos aspectos, através da liberalização comercial, o Estado abandona a estratégia protecionista da substituição de importações, o programa de privatizações reflete a conscientização da gravidade da crise fiscal e da limitação da capacidade do Estado de promover poupança forçada através das empresas estatais e através deste plano transfere-se para o setor privado a tarefa da produção das atividades meios e fins que, em princípio, este realiza de forma mais eficiente.

Deste modo o Estado reduz seu papel de executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto, no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, para a democracia e para uma distribuição de renda mais justa. Como provedor desses serviços o Estado continuará a subsidiá-los, buscando o controle social direto e a participação da sociedade.

2.1 REFORMAS GERENCIAIS: EXPERIÊNCIA BRASILEIRA

A origem da administração pública gerencial brasileira está ligada ao debate sobre a crise de acumulação de capital que teve reflexos na governabilidade do Estado na América Latina durante as décadas de 1980 e 1990. Esse debate se situa no contexto em que existia um movimento internacional de reforma do aparelho do Estado, que teve início na Europa e nos Estados Unidos, para melhor atender a necessidade da abertura de novos mercados para a exploração do capital. Para uma melhor compreensão desse movimento, é preciso levar em consideração que ele está relacionado com o gerencialismo proposto nos governos de Pinochet (ditatorial), Margareth Thatcher e de Ronald Reagan.

Para compreendermos melhor o gerencialismo é necessário conhecer a história econômica brasileira, que se baseia em momentos de instabilidades políticas e econômicas, em que o país esteve suscetível a crises mundiais, altíssimas inflações e um povo, na sua grande maioria, pobre. Mas diante desse cenário o Brasil passou por um momento denominado de “milagre econômico”, em que o país crescia a patamares elevados a nível mundial. Para Veloso, Villela e Giambiagi (2008), o período de 1968-1973 foi conhecido como milagre econômico brasileiro, pois o país passava por rápido crescimento econômico, com o PIB crescendo 11% a.a, a inflação era relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos.

Ainda segundo os autores, o milagre econômico se deu por alguns “determinantes”, sendo eles a política econômica do período 1968-1973, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações, o ambiente externo favorável devido à grande expansão da economia internacional e a melhoria dos termos de troca e crédito externo farto e barato e as reformas institucionais do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), em particular as reformas fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento.

Entretanto, havia graves falhas na política de desenvolvimento seguida pelo governo, pois de um lado aumentava a desigualdade na distribuição de renda, de estagnação e até mesmo queda do salário mínimo real, a ponto de o próprio presidente, Médici, chegar a afirmar que “a economia vai bem, mas o povo vai mal”. Isso porque prevaleceu a teoria do “crescimento do bolo”, proposto por Delfim Netto ministro da Fazenda de 1967 a 1974, segundo a qual era necessário assegurar o aumento da riqueza nacional antes de repartir os benefícios do desenvolvimento.

Contudo no final da década de 1970, a taxa de crescimento econômico teve uma queda, o contínuo aumento da dívida externa e o crescente desequilíbrio no balanço de pagamentos e na balança comercial tornaram as metas do II Plano Nacional do Desenvolvimento (PND) inatingíveis.

Para os autores Ometto, Furtoso e Silva (1995) as raízes da crise do final da década de 80, que se manifesta inicialmente como uma crise de endividamento externo, mas que rapidamente passa a se traduzir no desajuste interno da economia, estão nas políticas adotadas na década anterior, quando a opção pela manutenção do crescimento econômico após o primeiro choque do petróleo, levaram o Estado brasileiro a assumir um padrão de financiamento baseado no crescente endividamento externo.

Ainda segundo os autores Ometto, Furtoso e Silva (1995), o segundo choque do petróleo em 1979 e o brusco aumento das taxas de juros internacionais, aprofundaram a crise externa brasileira através de uma série de mecanismos: pelo salto nos juros da dívida; por reorientar os fluxos de capital preferencialmente para os EUA e Europa; e pelo impacto negativo sobre os preços relativos das “commodities”, itens importantes da pauta de exportação brasileira.

Após a redemocratização, a crise do Estado brasileiro foi agravada pelos sucessivos fracassos no combate à inflação, entre os anos de 1986 a 1991, em que a economia brasileira

foi submetida a diversos Planos de Estabilização (por exemplo: Plano Cruzado, Bresser, Verão, Collor 1 e Collor 2).

Podemos destacar que no período de 1970 a 1990, em relação ao aumento dos rendimentos médio e mediano pode-se perceber o impacto negativo da crise nos anos iniciais da década, até 1984, e também muito claramente os efeitos positivos, mas de curta duração, do Plano Cruzado e do período pré-eleitoral de 1989. Como resultado dessas marchas e contramarchas ao término da década tais rendimentos ainda não haviam conseguido recuperar os patamares observados em 1979.

A desigualdade de renda entre as famílias, medida pelo índice de Gini, aumentou de 0,597 em 1980 para 0,603 em 1990, e a parcela da renda apropriada pelos 50% mais pobres da população caiu de 12,2 para 11,7%. O crescimento da desigualdade está associado, entre outras coisas, ao aceleração da inflação (HOFFMANN, 1992), assim como à intensificação da concentração de renda nas classes burguesas.

Ao final da década, os indicadores dos níveis de pobreza mostram uma deterioração significativa da situação econômica das famílias brasileiras, com o percentual de famílias com rendimento inferior a um salário mínimo aumentando de 20,8, em 1979, para 26,5, em 1990.

Com o fracasso dos planos idealizados pelos governos anteriores, Luiz Carlos Bresser-Pereira ministro do Mare (Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado) indicado pelo governo de Fernando Collor, iniciou-se um processo estudos para iniciar no Brasil a nova administração pública, investigando tanto as experiências européias, quanto o movimento “reinventando o governo”.

Em 1995 foi apresentado o Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRAE), que foi debatido nas reuniões do Conselho da Reforma do Estado e também integrou a pauta de discussões da reforma constitucional no Congresso Nacional. No plano, foi definido uma série de questões no qual o Estado seria responsável pela legislação, a regulação, a fiscalização, o fomento e a formulação de políticas públicas. Enquanto não seria atividades exclusivas do Estado, serviços de caráter competitivo e atividades auxiliares de apoio, como os serviços sociais, científicos e as necessárias ao funcionamento do aparelho do Estado.

Com o PDRAE, reformas no aparelho do Estado mais audaciosas iniciaram-se a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso. A reforma foi imposta e não construída

popularmente, gerando uma rejeição por ela de uma parte da população. Mas vale destacar que uma fatia da sociedade recebeu bem, pois esperava dela um retorno financeiro.

2.2 REFORMAS GERENCIAIS: IMPACTOS NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO

Em 1988 o Brasil instituiu uma nova Constituição, e nela podemos verificar o papel do Estado perante a educação. No artigo 22 da Constituição Federal (1988), é determinada a competência exclusiva da União em legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional. Mais adiante no artigo 205 da CF/88 diz: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

No artigo 206º, especifica-se que:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (citação, ano, grifos nossos)

Em 1996, com PDRAE, fora estabelecida a LDB em que se criava uma regulamentação das diretrizes no qual estabeleceram os princípios da educação e o papel do Estado no que se refere à educação escolar pública, definindo as responsabilidades em regime de colaboração, pela União Federal, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

Segundo Chaves (2010), a política de expansão, em especial do ensino superior brasileiro, é fruto da reforma do Estado implementada no país, a partir da década de 1990. Essa reforma consiste na redefinição do papel do Estado, no qual o enxugamento da máquina pública abriu espaço para a expansão da privatização e terceirização em todas as áreas que antes o Estado atuava.

A partir do Plano Diretor, a LDB (1996) fortaleceu a tendência à descentralização normativa, executiva e financeira do sistema educacional. Com isso, foi criado o Fundeb (2007), um fundo especial de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por Estado e Distrito

Federal, num total de vinte e sete fundos), formado na quase sua totalidade, por recursos provenientes de impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, ligados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal.

Em 2008, foi sancionada a lei nº 11.738, que instituiu o Piso, impondo limites para o trabalho de interação com os alunos da jornada docente: professores devem passar no máximo 2/3 da carga horária em sala de aula, e no mínimo 1/3 da jornada deve ser destinado às atividades extraclasse, como planejamento de aulas, reuniões pedagógicas, correção de atividades etc. Já em 2012 foi instituído o Piso salarial dos professores sendo, resolução que trata do uso de parcela dos recursos da complementação da União ao Fundeb para o pagamento integral do piso.

Mesmo com a implementação do Piso Salarial, segundo Tokarnia (2016), mais da metade dos estados da união não pagam o piso salarial aos professores sob a justificativa de crise econômica e fiscal que os estados passam. Apesar do descumprimento do piso salarial ser ilegal, não há a previsão de uma punição na lei do piso salarial.

Um dado interessante sobre o piso salarial no Brasil, é que mesmo com a resolução, o salário dos professores no país continua com uma disparidade muito grande em relação aos demais países. As comparações são feitas em dólares (Tabela 1), e foi possível perceber que no ensino infantil brasileiro, os professores recebem em média o correspondente a US\$ 24,765 dólares (OCDE, 2018). Já nos demais países, a remuneração sobe para US\$ 38,677 dólares. No ensino fundamental, a média dos anos iniciais, equivalente a US\$ 25,005 dólares, passa longe do montante de US\$ 43,942 dólares pagos em média pelos países membros da Organização Cooperativa de Desenvolvimento Econômico (OCDE). Nos anos finais do ensino fundamental, a remuneração que aumenta para US\$ 25,272 dólares não acompanha também a média salarial dos países integrantes da organização, que é de US\$ 46,225 dólares.

Tabela 1: Comparação de Piso salarial entre Brasil e Membros da OCDE (2018)

	Brasil	Membros da OCDE
Ensino Infantil	U\$\$ 24.765	U\$\$ 38.677
Ensino Fundamental anos Iniciais	U\$\$ 25.005	U\$\$ 43.942
Ensino Fundamental anos Finais	U\$\$ 25.272	U\$\$ 46.225

Fonte: Relatório OCDE (2020).

Após três anos de tramitação no Congresso, a lei 13.005/2014 foi aprovada. A lei se trata do Plano Nacional de Educação em que se define 20 metas e centenas de estratégias e dispositivos a serem cumpridos até 2024. Esse plano consiste em metas estruturantes para a garantia do direito à educação básica, que promovam a garantia do acesso, a universalização do ensino obrigatório e a ampliação das oportunidades e da qualidade da educação. O texto também diz a respeito à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, o plano também se dirige a parte da valorização dos profissionais, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas e também se fala de algumas metas estipuladas para o ensino superior.

Mas o que podemos ver nos dias atuais, é um efeito muito adverso ao que se estabelecia pela reforma gerencial. Os fatos mostram que muito pouco, para não dizer quase nada, foi realizado. Entre outros problemas, podemos destacar que as reformas ocasionaram na não valorização dos professores, a carência em sistemas eficientes de aperfeiçoamento, capacitação e educação continuada para professores, investimentos públicos insuficientes para atender com qualidades as necessidades educacionais.

Para o ex-ministro da educação Abraham Weintraub, os professores universitários são “zebras gordas”, ao pegar como exemplo o professor universitário federal Paulo Gomes (docente da Universidade de Brasília a 22 anos no curso de Engenharia de Produção). Para o ex-ministro, docentes que ganham entre R\$ 15 mil e R\$ 20 mil são sinônimos de elite e são o

problema de orçamento do Ministério da Educação. Mas o que se pode perceber é que o número de alunos da rede federal cresceu 52% no mesmo período, o de professores de ensino superior da rede pública subiu 55% e o de docentes com doutorado 125%, podendo-se concluir que o problema de orçamento não é por conta dos salários, o que impactou no orçamento foi o crescimento do número de federais (GLOBO, 2019).

Para que um professor chegue a esse patamar de salários mencionado pelo ex-ministro, apenas professores com doutorado, dedicação exclusiva e 16 anos de carreira na Educação pública superior, o que não é a realidade da maior parte dos servidores. O que se pode ver é que a remuneração média de um professor federal, ligado ao Ministério da Educação, é de R\$ 11.109,00 reais segundo os dados do MEC (Ministério da Educação e Cultura) de junho de 2018 (GLOBO, 2019).

Segundo Rodrigues (2011), quando se compara a remuneração do professor universitário com outras carreiras que necessitam de dedicação exclusiva (DE) há uma defasagem de salário muito grande. O salário de um Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) no início de carreira é 76% superior aos dos docentes, de um Pesquisador Mestre do MCT (Ministério da Ciência e Tecnologia), com 40 horas, tem um salário 113% superior a um professor com mesma titulação e mesma carga horária e quando se compara com servidores em final de carreira esta diferença chega a 149%.

Quando se trata de educação básica (fundamental), a situação é ainda mais crítica. Além de todos os problemas citados acima, a má qualidade das escolas e da formação de professores, há também entre os alunos, elevados índices de repetência principalmente em regiões mais carentes e altas taxas de abandono de alunos devido ao fracasso escolar ou problemas financeiros. O Brasil, segundo a OCDE (2017), ocupa a 60ª posição em ranking de educação em uma lista de 76 países, demonstrando assim, a fragilidade e a má qualidade do ensino básico ofertado.

O professor é um fator essencial para uma Educação de qualidade no país, é fundamental que haja vontade política para estruturar uma carreira mais atraente para essa profissão, com maior remuneração e desenvolvimento profissional para uma melhor aprendizagem dos alunos. Fazendo com que a longo prazo, o país dê um salto em seu desenvolvimento social e econômico.

As políticas educacionais adotada recentemente por diferentes governos, entre elas o próprio Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) assim como o Exame Nacional de

Desempenho de Estudantes (Enade), estimula um processo que valoriza a racionalidade técnica e substantiva, características do gerencialismo, cujo modelo de organização é centrado nas pessoas e o valor é dado pelo sucesso competitivo dentre as pessoas (JEFFREY, 2016).

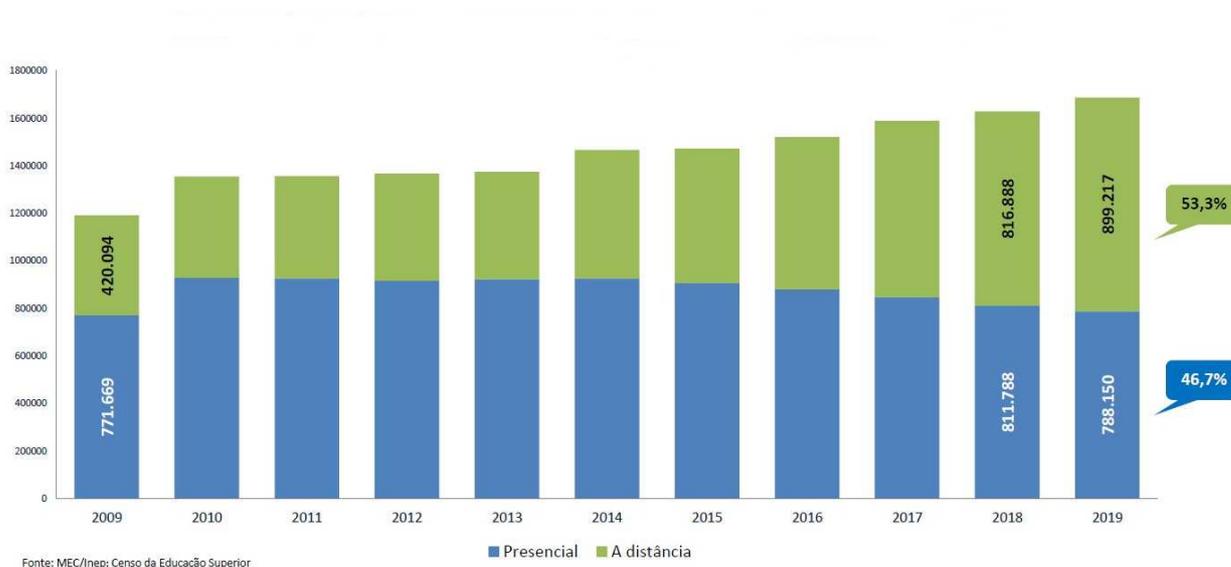
Por isso, somente considerar que o estabelecimento de um Piso Nacional Salarial e a criação de um indicativo de mensuração da qualidade do ensino baseada em critérios em sua grande maioria meritocráticos, contribuirão para a valorização dos profissionais da educação é muito pouco, sendo incapaz de resolver as raízes dos problemas sociais. Já que é necessário garantir a oferta, o acesso e a permanência, bem como um processo de formação inicial e continuada dos profissionais da educação que visem a melhoria da qualidade de ensino, e que não esteja permeada somente por termos técnicos e subjetivos, mas pela qualidade social do processo educativo.

O fenômeno causado por essas leis e reformas, foram muito adversas ao que em tese os governos esperavam. Não só a desvalorização e desqualificação dos profissionais da educação, como citado acima, mas como adoção de critérios que ignoram a desigualdade regional e diminuição de investimentos na educação são efeitos que podemos destacar causadas diretamente pelas reformas gerencialistas.

A caráter de melhor formação dos profissionais da educação, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) deveria ser instrumento para uma maior qualificação desses trabalhadores, uma vez que, definiu princípios e diretrizes para um programa nacional de formação de professores, para sua organização no tempo e no espaço e para a estruturação dos cursos. A mesma, em tese, se diz a respeito da formação de professores no âmbito do governo federal que inclui, ainda, a definição de competências e áreas de desenvolvimento profissional (MENEZES, 2001).

Segundo o artigo 62 da Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394: “A formação inicial de profissionais de magistério dará preferência ao ensino presencial, subsidiariamente fazendo uso de recursos e tecnologias de educação a distância”. Mas o que podemos perceber, conforme o Gráfico 1, é que 53,3% da qualificação dos profissionais educacionais através da licenciatura no país, se deu pelo modelo de Educação à Distância (EAD), e não presencial como a prevê a lei. Para Matos (2020), um professor com formação a distância poderá não repassar o conteúdo da melhor forma no momento em que estiver numa sala de aula, e para o autor a qualidade do ensino deve ser levada em consideração pois o crescimento do EAD não se dá em instituições com altos níveis de excelência, sejam elas instituições públicas ou privadas.

Gráfico 1: Número de matrículas em cursos de graduação em licenciatura 2009-2019



Fonte: MEC/Inep -Censo da Educação Superior. Elaborado por Censo da Educação Superior

O aumento do EAD se dá por uma lógica de redução de gastos, economia e otimização de processos por parte dessas instituições que vêm ofertando em uma escala cada vez maior de cursos a distância. E essa lógica é uma tendência para o futuro em termos de cursos um pouco mais precarizados e mais aligeirados, fazendo com que se acenda uma luz amarela quanto à qualidade do ensino (MATTOS, 2020).

Além de que a lógica do EAD, impacta no aumento do lucro das universidades privadas, pois com esta metodologia de ensino é possível que haja uma redução de quadro de professores, terceirização de mão de obra e professores temporários além de não necessitar de um ambiente físico para as aulas, reduzindo um enorme custo fixo para as instituições privadas.

O EAD também se desenvolveu nas universidades públicas com a criação das UAB's (Universidade Aberta do Brasil), no qual é uma plataforma que possibilita a oferta de cursos a distância (EAD) em instituições públicas de ensino superior. Instituído pelo Decreto 5.800/2006 no segundo mandato do governo Lula, o Sistema UAB tem como objetivo a expansão de graduações gratuitas a distância e programas educacionais pelo Brasil, alcançando locais isolados.

O sistema UAB, teve como premissa a oferta em larga escala de formação inicial e continuada de professores na modalidade EAD. A formação desses profissionais a distância resultou em uma compreensão que a modalidade promoveu precarizações e fragilidades, afirmando novamente o descaso e desvalorização perante a esses docentes.

Para Paes de Paula (2005), à configuração do modelo de ensino superior proposta pelo plano diretor caracteriza-se o ensino como “gerencialista, heterônomo e competitivo”, tornando a educação de um direito e bem cultural, para um patamar de serviços, além de ser uma mercadoria altamente lucrativa.

Neste sentido, o formato de universidade pública se torna inerente ao ensino, pesquisa e extensão, na gratuidade e no caráter público, deixando de ser objetivo central da razão da existência das universidades e tornando cada vez mais como o grande problema a ser enfrentado. Como citado acima, o movimento gerencialista com o governo de FHC, reforçou a distinção da Educação Superior com a criação do Plano Diretor, e também promoveu a sua crescente mercantilização, pressionando para que fosse colocado no patamar dos “serviços negociáveis”.

Os governos petistas Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), apesar de se mostrarem nas suas campanhas opositoras do modelo que estava sendo implementado, deram continuidade no processo mercantil das universidades brasileiras. Os mesmos utilizaram de instrumentos políticos que reforçaram a política de educação alinhada à lógica de tornar as universidades voltadas para o mercado altamente rentável. Vale a menção que, o lema do segundo governo Dilma era “Pátria Educadora”, discurso esse, descolado da prática.

No caso brasileiro, o processo mercantil das universidades brasileiras visava a expansão da educação superior em função da demanda crescente de vagas, por meio de mecanismos que objetivam a massificação desse nível de ensino. A expansão do sistema, bem como a integração dos diferentes procedimentos de avaliação, direcionado a produzir um sistema com base na flexibilidade, competitividade e avaliação, orientam as políticas adotadas no campo da educação superior.

Programas foram criados, como o Financiamento Estudantil (Fies), criado ainda no governo de FHC (1995-2002), e que ao longo da funcionalidade do Fies, no governo Lula, mudanças foram incorporadas no programa aprimorando a parte operacional do financiamento e teve uma evolução nos empréstimos (Tabela 2); e o Programa Universidade para Todos (ProUni) que ultrapassou os limites do público-privado via imunidade fiscal para universidades com fins lucrativos (Tabela 3), além de outros.

Tabela 2: Gastos anuais da União com o Fies

Tabela sobre a evolução do Financiamento Fies	
Ano	Fies / Valores LOA (em milhões R\$)
2003	709
2004	871
2005	1.063
2006	916
2007	980
2008	1.064
2009	1.291
2010	1.608
2011	1.646
2012	2.164
2013	1.644
2014	1.527
2015	12.389
2016	18.204
2017	21.000

Fonte: Consultoria Legislativa - 2017. Elaborado pelo Plano Nacional de Educação

Tabela 3: Concessão de Bolsas ProUni 2005 - 2016

A no	Quantidade de bolsas concedidas		
	Bolsas Integrais	Bolsas Parciais	Total de bolsas
2005	71.905	40.370	112.275
2006	98.698	39.970	138.668
2007	97.631	66.223	163.854
2008	99.495	125.510	225.005
2009	153.126	94.517	247.643
2010	125.090	115.351	240.441
2011	129.672	124.926	254.598
2012	150.870	133.752	284.622
2013	164.379	87.995	252.374
2014	205.237	101.489	306.726
2015	204.587	124.530	329.117
2016	166.603	162.577	329.180

Fonte: Brasil, 2017b

Programas de entrada e mensuração ao ensino superior também foram criados. O primeiro criado por FHC, chamado de Exame Nacional de Conclusão de Curso (mais popularmente conhecido como Provão), consistia em uma prova feita pelos alunos graduandos que testaram o rendimento acadêmico do aluno. Seguindo a mesma linha de quantificação, o governo de Lula criou o Enade, que incluía além dos formandos, também os ingressantes, tentando medir o valor agregado.

No geral essas reformas tiveram um propósito, em tese, de tornar a educação mais democrática para o povo brasileiro, uma vez que, a população mais pobre do país possuía acesso escasso à educação do ensino superior. Mas segundo a pesquisa feita pelo Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2013; 2014; 2015; 2016) mostra uma queda na quantidade de IES públicas quando observado o período temporal de 2009 a 2016, o que demonstra uma diminuição dos investimentos públicos para este setor e evidencia a superioridade no número de Instituições Privadas de Educação Superior (IPES), 87,71% do total de IES, enquanto as IES

públicas somam 12,29% do total de instituições. A partir desses dados (Tabela 4), segundo o estudo, é possível analisar e ver a hegemonia privada-mercantil no ensino superior brasileiro.

Tabela 4 - Comparação da expansão entre IES públicas e Privadas					
Ano	Municipal	Estadual	Federal	Total de Públicas	Privadas
2009	67	84	94	245	2.069
2010	71	108	99	278	2.100
2011	71	110	103	284	2.081
2012	85	116	103	304	2.112
2013	76	119	106	301298	2.090
2014	73	118	107	295	2.070
2015	68	120	107	298	2.069
2016	66	123	107	296	2.111
2009-2016	-1,49%	46,43%	13,83%	20,82%	2,03%
			Total em %	12,29%	87,21%

Fonte: Censo da Educação Superior (INEP/MEC, 2013; 2014; 2015; 2016)

Mas o que pode se perceber é que, a criação desses programas estão ligadas a dois eixos: o primeiro eixo refere-se a uma organização de formato cada vez mais global, relacionados a comercialização do serviço educacional de nível superior e o segundo eixo relacionado a padronização global das políticas de formação dos currículos e das formas de gestão das instituições e do trabalho docente.

O aumento do número de instituições de ensino privado também pode ser explicado após abertura de capital no mercado de ações na bolsa de valores brasileira (BOVESPA), através da Oferta Pública Inicial além da compra de instituições menores por parte de grupos educacionais maiores, podemos citar como o caso do grupo Kroton que se associou com rede Anhanguera em 2013, no qual deu origem a um grupo avaliado em cerca de R\$ 13 bilhões de reais, contudo isso foi apenas mais um passo dado pela empresa desde que ela realizou uma captação milionária na metade de 2011, via oferta de ações (TOLOTTI, 2013). Segundo Paes

de Paula (2005) esse movimento é denominado de oligopolização da educação no nível superior implicando em concentração e geração de grandes redes de educação.

Ainda dentro do caso da Kroton, vale mencionar que segundo Tolotti (2013) a empresa em 2011, a adquiriu o Centro de Ensino Atenas Maranhense (Ceama) por R\$ 28,4 milhões, fazendo com que, na época, a companhia passasse a ter 38 *campi*, em 28 municípios distribuídos em nove estados. Dois meses depois a empresa adquiriu a Faculdade de Sorriso (Fais), no Mato Grosso, por mais R\$7 milhões.

Segundo Chaves (2010), às instituições privadas de ensino superior foram estimuladas, pelos governos, a se expandir por meio da liberalização dos serviços educacionais e da isenção fiscal, voltados apenas para o ensino desvinculado da pesquisa e extensão. Demonstrando assim a falta de comprometimento com o social.

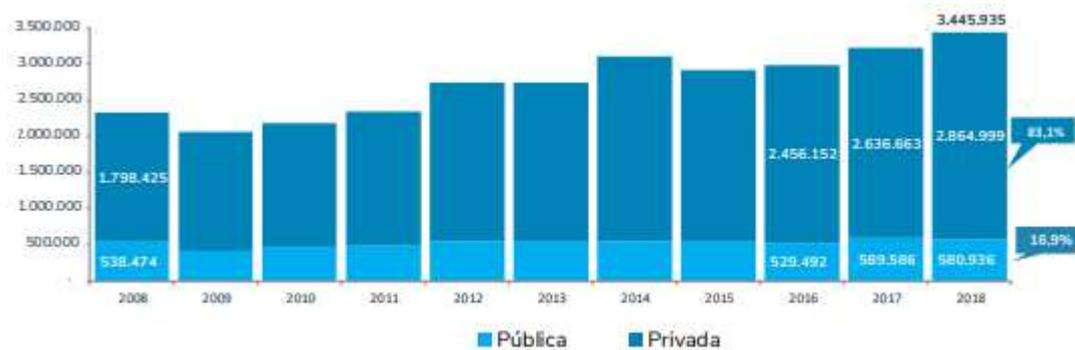
Desvincular o ensino da pesquisa e extensão é reprimir as demandas sociais, uma vez que, entende-se que é na universidade que a produção do conhecimento encontra um espaço privilegiado, pois essa instituição existe para suprir principalmente a formação de cidadãos através da produção de conhecimentos. Esta produção de conhecimentos deve, além de propiciar novas investigações científicas, mobilizar o desenvolvimento de ações e atividades que auxiliem na busca de respostas às demandas e problemáticas que emergem da e na sociedade (PINTO, 2012).

Mas o aumento do ensino superior privado está relacionado, assim como outros fatores citados acima, segundo Silva (2001), pelo desinteresse generalizado dos governos no que tange os investimentos no ensino público básico, no qual gerou a distância enorme que atualmente se constata entre o ensino básico e a universidade pública em qualidade de ensino. Esta distância só tende a aumentar se continuar o processo de deterioração do ensino básico público e, de outro, as exigências para o ingresso nas universidades públicas.

Para Marques (2019), o sistema federal de educação superior no Brasil requer mudanças para um futuro próximo com menos burocracia. Além disso uma mudança na estrutura educacional é necessária, os dados e as reflexões trazidas neste trabalho mostram que nem mesmo os investimentos públicos são mantidos além da precarização na formação de profissionais educacionais.

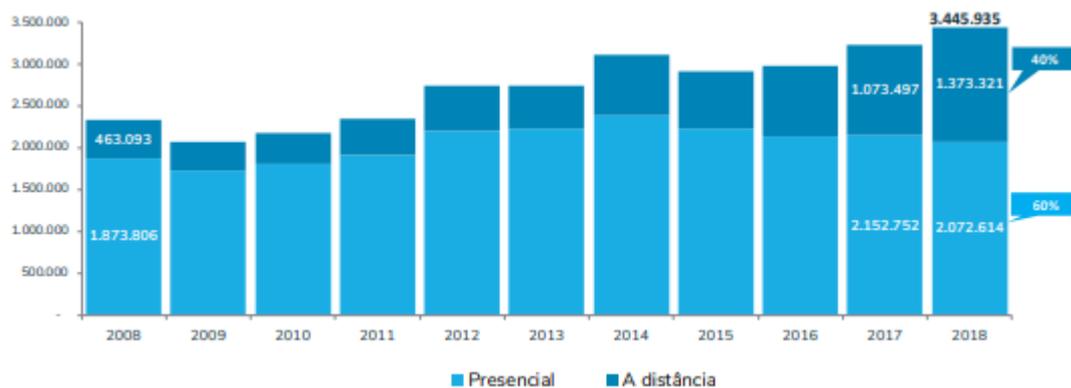
Nos gráficos 2 e 3, é possível identificar o número de matrículas em cursos de graduação presenciais e a distâncias.

Gráfico 2: Matrículas em instituições de educação Privadas e Públicas 2008- 2018



Fonte: Inep 2008-2018. Elaborado pelo Censo da Educação Superior

Gráfico 3: Matrículas presencial e a distância 2008- 2018



Fonte: Inep 2008-2018. Elaborado pelo Censo da Educação Superior

Diante os dados do gráfico 2, podemos entender que 83,1% (2018) do número total de matrículas em cursos de graduação estão no setor privado, e diante o gráfico 3, 40% (2018) dessas matrículas são a distância. Esses dados mostram como as reformas expandiram a oferta do sistema educacional, sendo que, a maior parte dessa expansão se deu pela iniciativa privada.

Indiscutivelmente, a educação superior passa por amplos processos de mudança nos últimos vinte anos. A crescente oferta por cursos pelas instituições privadas, através das reformas gerencialista, faz com que haja uma enorme quantidade de cursos de cunho mercantil oferecidos nas regiões mais ricas do país e que não contribuem para o desenvolvimento econômico, social e cultural do país ou da própria região, ao mesmo tempo em que locais e

áreas profissionais que mais necessitam de reforços são abandonados (MANCEBO; VALE; MARTINS, 2015).

Vale ressaltar ainda, que o critério para o oferecimento de cursos nas instituições privadas são, em sua grande maioria, suas planilhas financeiras. Segundo Mancebo, Vale e Martins (2015), o critério financeiro atinge também, a qualidade dos cursos oferecidos, diminuindo as possibilidades profissionais dos estudantes e a contribuição que essas IES poderiam dar para o desenvolvimento das diferentes áreas de conhecimento.

Mas na prática o que acontece é uma enorme quantidade de cursos de voltados ao interesse mercantil, como os de Administração e Direito, oferecidos em praticamente todas as regiões do país e que não levam em conta para sua implantação seu potencial contributivo para o desenvolvimento econômico, social e cultural da região e do país, ao mesmo tempo em que locais e áreas profissionais que mais necessitam de reforços são abandonados.

Somado a este cenário de crescimento das IES (Institutos de Ensino Superior), em meio à crise fiscal vivida pelo país, Michel Temer (2016-2018), enviou à Câmara dos deputados a Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016, no qual tinha o propósito de implementar o que se foi chamado de “Novo Regime Fiscal” (OLIVEIRA, 2018).

2.2.1 EMENDA CONSTITUCIONAL 95 (TETO DE GASTOS) E OS IMPACTOS NO INVESTIMENTO PÚBLICO EM EDUCAÇÃO

A conjuntura política e econômica que o Brasil enfrenta, com políticas de austeridades têm parcela de responsabilidade no não cumprimento do PDRAE inviabilizando programas previstos pelo mesmo, como por exemplo o Plano Nacional de Educação que tinha dentre outras finalidades a criação do Piso Salarial dos Professores, maior qualificação dos profissionais da educação e aumento dos investimentos públicos na educação. Além disso, umas das premissas originais do Plano era a privatização/terceirização de todo o ensino público brasileiro, fato esse que só não aconteceu por pressão e greve por parte da população.

Com a Emenda Constitucional 95, as despesas primárias foram congeladas por vinte anos, visando garantir a apropriação de parcelas crescentes do fundo público para fins de pagamento de juros e amortização da dívida pública. A originalmente PEC 55, depois convertida em EC 95, desvincula as receitas destinadas à saúde e educação de matérias constitucionais, ou seja, o novo regime fiscal (EC 95) não precisa de emenda constitucional para aprovação de verbas destinadas à pasta.

A aplicação dessa política de austeridade fiscal assume contornos dramáticos ameaçando a educação como direito social, ao pretender reduzir o tamanho do Estado, ela acaba penalizando as classes médias e populares, justamente os setores sociais que mais precisam do sistema educacional.

Com o teto de gastos limitados por 20 anos, após um levantamento feito pelo Ministério da Educação (INEP/MEC, 2017), estimativas apontam que a verba destinada a educação receberá 37% a menos recursos inviabilizando programas educacionais como o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e atingindo também o PNE (Plano Nacional de Educação), no qual propunha que os gastos com educação atingisse 7% do PIB até 2019 e 14% até 2024.

O governo também aprovou a portaria Nº 1.428/2018 do Ministério da Educação, em que aumentava de 20% para 40% as aulas a distância para os cursos do ensino superior, permitindo assim uma redução de gastos com instalações e corpo docente, fazendo com que as IES privadas aumentem seus lucros, uma vez que, o mercado de educação a distância é dominado pelas mesmas.

O discurso do governo Temer afirmou que não haverá prejuízo para os setores da educação com a EC 95 aprovada. Mas é evidente que haverá uma redução significativa no percentual das receitas para o investimento da educação e que irá impactar negativamente no ensino superior brasileiro, como já vem impactando, com perdas na oferta de ensino e na manutenção do mesmo, indo em contrapartida as metas definidas pelo Plano Nacional de Educação.

Por isso posto, podemos entender que com uma demanda crescente, pelo ensino superior, a omissão de todos os governos em suprir essa demanda e por interesses por mercantilistas na educação dos corporativistas, causaram uma deturpação do conceito de universidade, acentuando a desigualdade no acesso à educação, o que reforça a desigualdade social.

Para o Professor Júnior (2009, p.5), as universidades públicas:

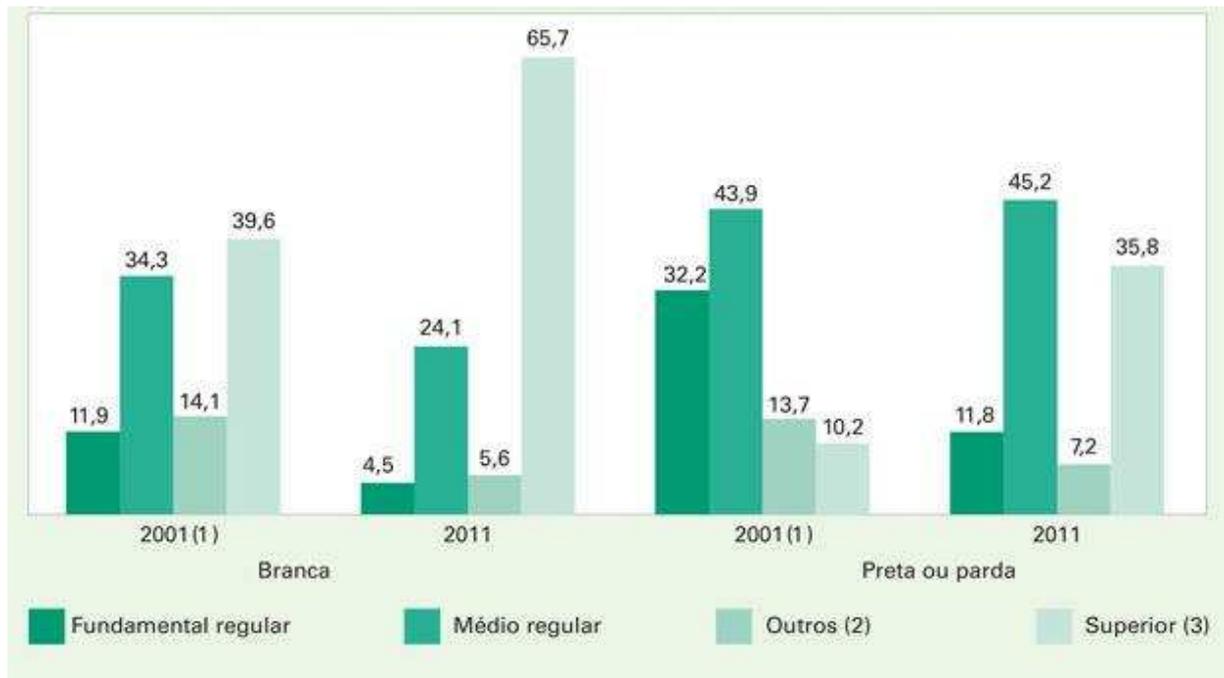
Tem a missão não apenas de possibilitar aos alunos a obtenção de um diploma, um emprego e remuneração satisfatória, mas principalmente deve ser capaz de produzir novos conhecimentos e aplicá-los à realidade social, considerando a necessidade de ser acessível a toda a sociedade, em todos os níveis sociais para que haja inclusão social, exercendo tanto uma função social quanto política.

Em contraposição, o ensino superior privado corresponde à demanda imediatista que se reflete na organização empresarial das escolas particulares. Pode-se dizer, em resumo, que tanto a reforma da máquina estatal como a reforma da educação no Brasil dos anos 90, tiveram como finalidade preparar a força de trabalho qualificada ao modo para as necessidades de reprodução do modo de produção capitalista.

Para Silva (2001) as acusações de arcaísmo, corporativismo e ineficiência feitas à universidade pública estão ligadas ao distanciamento do ensino do mercado. Na prática as universidades públicas são capazes de produzir novos conhecimentos e aplicá-los à realidade social enquanto as universidades privadas estão voltadas somente ao mercado de trabalho, ao não ter como foco a extensão e a pesquisa. E por não estar limitada pelas regras do mercado é que a universidade pública pode cumprir o seu papel histórico e social de produção e disseminação do conhecimento.

Apesar de vários aspectos negativos em relação a alguns programas criados, houve mudanças significativas em relação à “nova classe” que se adentrava no ensino superior, a partir da expansão das IES, final da década de 1990. Podemos destacar um aumento, conforme a Gráfico 4, de pessoas pardas e negras no Ensino Superior, pelo qual são permeadas diversas desigualdades históricas de nossa sociedade, como é o caso do racismo estrutural e da exclusão social do povo preto. Além das políticas citadas, outras a se destacar são o Ciência Sem Fronteiras, Inglês Sem Fronteiras, Jovens Talentos, Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, entre outros.

Gráfico 4: Distribuição de estudantes por raça. Entre 2001 a 2011



Fonte: IBGE - (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)

No Brasil, com mais da metade da população formada por negros e pardos, as universidades, principalmente as públicas, sempre foram lugares quase exclusivamente de pessoas brancas. Com as políticas de ação afirmativa nas universidades, principalmente na forma de cotas raciais, foram fundamentais para que pardos e negros, população que antes não tinham oportunidade, adentrasse dentro de uma instituição pública. E a universidade pública, ao propiciar espaço para que estudantes negros, indígenas e pobres tenham acesso à educação superior, estimula a diversidade e torna essa instituição mais próxima da realidade em que vive a maioria da população do país (OLIVEN; BELLO, 2017).

O atual governo de Bolsonaro (2018-2022) seguindo o modelo gerencial, iniciou-se uma reforma na educação com o programa Future-se, em que ainda se tramita no congresso, no qual tem a finalidade, segundo o Portal do MEC (Ministério da Educação e Cultura), de promover maior autonomia financeira às universidades e institutos federais por meio de incentivo à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo.

A proposta do Programa Future-se apresenta um discurso inicial de fortalecimento da autonomia universitária e do empreendedorismo, mas o que se pode perceber é a retirada dessa autonomia da gestão dos recursos de pesquisa, tecnologia e inovação, detalhadas no texto do programa.

Sobre o texto do programa, a UFVJM (2019) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri emitiu um relatório analisando-o:

“... sobre as desqualificações do texto da Minuta de Projeto de Lei, no que diz respeito aos seus escopos textual-discursivo-ideológico e técnico-legal, caracterizando-o como um texto vago, mal escrito, ambíguo, fragmentado, forjado de forma a promover confusão sobre objetivos, funções e obrigações entre as instituições e instâncias nele citadas, construído com um discurso inicial com aparência positiva, porém com artigos que fazem o contrário do que se propõe inicialmente sobre a autonomia das IFES ...” (UFVJM, 2019)

Analisando o relatório, é possível concluir que o projeto é um modelo de se submeter às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) públicas a uma gestão totalmente voltada ao interesse privado. Ainda segundo o relatório podemos definir, em poucas palavras, que é a tentativa do Estado se eximir da responsabilidade de financiar o Ensino Público Superior.

Em uma primeira análise o programa poderá trazer efeitos não desejados, dentre eles uma redução orçamento das universidades, com o corte de 30% dos recursos, imposto pelo governo, no qual inviabiliza o seu custeio e funcionamento.

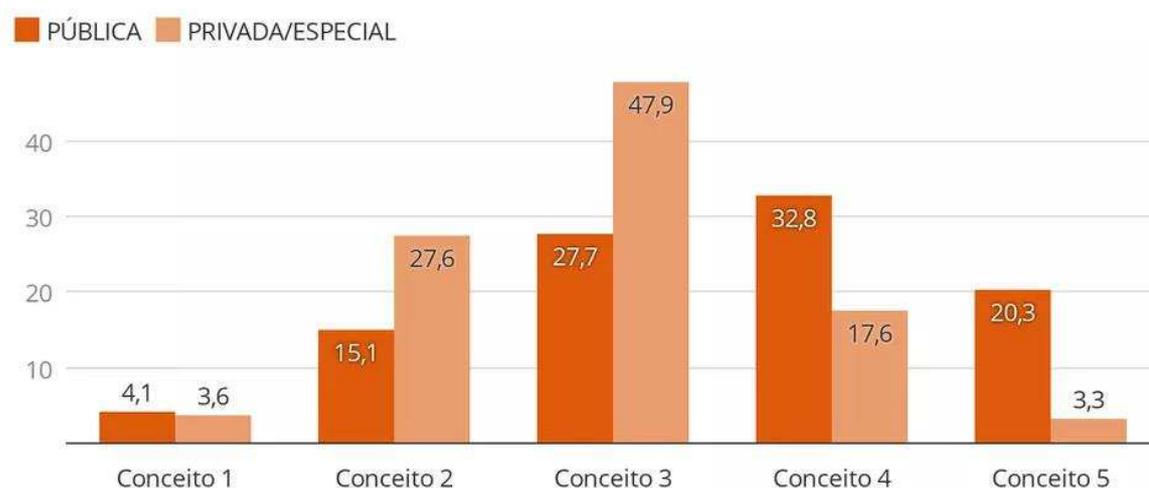
O programa Future-se também é contradizente com algumas reformas do Estado feitas por governos anteriores, podemos destacar o PNE, no qual tinha um objetivo de aumento de recursos destinados para a educação até 2024, e a LDB, que se refere ao compromisso por parte do Estado de manter o financiamento do ensino superior público.

Por ser a principal afetada nesse programa, as Universidades Públicas se mostram contrárias a esse programa. Segundo o jornal Brasil de Fato (2019) quase 70% das universidades federais rejeitam o projeto. Ainda segundo a reportagem docentes, estudantes e técnico-administrativos foram às ruas, junto com demais segmentos da sociedade em defesa da educação após o anúncio do Future-se, os setores da Educação realizaram um dia de paralisação nacional fazendo com que reitores de 25 das 63 universidades do Brasil aderissem ao movimento e apoiasse contrário a proposta do governo, essa manifestação se fez necessário, uma vez que, além de redução das verbas destinadas a elas o texto ainda enfatiza uma participação maior das IFES no empreendedorismo.

Outro ponto na discussão das universidades é a qualidade de ensino das IES, sendo que as maiores notas no exame que avalia os estudantes de Graduação, o Enade, foram obtidas por instituições públicas em 2018, conforme o Gráfico 5. Tais indicadores mostram que a Educação Superior Pública apresenta melhores índices de gestão e de qualidade, não se justificando então qualquer proposta de transferência de sua gestão para organizações privadas. Mas a privatização

do Ensino Superior se justifica a partir da pressão que as empresas de educação exercem, através do *lobby*, com a justificativa da diminuição dos financiamentos públicos na pasta da Educação.

Gráfico 5: Conceito Enade 2018



Fonte: MEC/INEP

O *lobby* feito na educação é tão representativo, que Elizabeth Guedes presidente da Associação Nacional das Universidades Particulares (Anup), irmã do atual ministro da economia Paulo Guedes, representa os interesses de mais de 200 faculdades particulares. Segundo Vinhal (2019), Elisabeth, não apenas encontrou com técnicos subordinados a Paulo Guedes, mas também carrega muitas visitas ao primeiro e ao segundo escalão do governo comparado ao de poucas figuras dos ministérios.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou analisar os impactos da reforma gerencial, idealizada a partir do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) de Bresser-Pereira (1995), na área da educação brasileira e como essas reformas impactaram negativamente nos índices de qualidade educacional, má remuneração e qualificação dos profissionais educacionais.

Além de toda precarização do ensino público brasileiro, desde o ensino básico até o superior, as reformas gerenciais abriram espaço para que a iniciativa privada explorasse esse novo nicho, uma vez que, para a UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri) através de um relatório, essas reformas na educação é a tentativa do Estado eximir de financiar a pasta.

O processo de mercantilização, antes utilizada como premissa para a universalização e democratização na educação, trouxe índices negativos para a qualidade do ensino e formação de profissionais, uma vez que, as IES privadas estão ligadas à lógica do mercado de redução de custos e uma metodologia de ensino que não priorize a pesquisa e extensão, prejudicando assim a parte mais pobre da população brasileira.

Deste modo, é possível perceber com todos esses problemas o nível de aprendizagem dos alunos também fosse afetada, segundo a OCDE (2017), o Brasil ocupa a 60ª posição em ranking de educação em uma lista de 76 países, demonstrando assim a péssima qualidade e a fragilidade do ensino.

Essas considerações finais, permite nos evidenciar como o Estado ao longo dos anos se exime da responsabilidade do direito à educação, garantido pela Constituição de 1988, e como a reforma gerencial abriu espaço para que mercantilização do ensino e conseqüentemente a precarização da qualidade do ensino e na formação na mão-de-obra.

Evidencia-se, pois, uma necessidade de reformulação do PNE (Plano Nacional de Educação) e a mentalidade dos ministros da educação e dos donos de IES privadas. Sugere-se que, tenha uma continuidade no estudo no presente trabalho, para que analise propostas do atual governo (Jair Bolsonaro - 2018-2022) e seus impactos futuros para a educação.

4 REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. O impacto do modelo gerencial na Administração Pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente. In: CADERNOS ENAP, 52., 2010, Brasília. Artigos. Brasília: Vera Lúcia Petrucci, 2010. p. 1-50.

BRASIL DE FATO: Quase 70% das universidades federais rejeitam o projeto Future-se. São Paulo, 16 out. 2019.

CHAVES, Vera Lúcia Jacob. EXPANSÃO DA PRIVATIZAÇÃO/MERCANTILIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: A FORMAÇÃO DOS OLIGOPÓLIOS. Educ. Soc, Campinas, v. 31, n. 111, p.481-500, jun. 2010.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Congresso. Senado. Artigo 22 da Constituição Federal de 1988, Lex: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_03.07.2019/art_22_.asp, Brasília, DF.

BRASIL. Congresso. Senado. Artigo 212 da Constituição Federal de 1988. Lex: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_15.12.2016/art_212_.asp#:~:text=A%20Uni%C3%A3o%20aplicar%C3%A1%2C%20anualmente%2C%20nunca,manuten%C3%A7%C3%A3o%20e%20desenvolvimento%20do%20ensino, Brasília, DF.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda Constitucional n° 241/2016, Lex: Emenda Constitucional do Teto de Gastos. Brasília, DF, out de 2016.

FONTOURA, Leandro Heitich. Choque de gestão petista? Repensando a relação do PT com a reforma gerencial. **Brazilian Journal Of Political Economy**, [s.l.], v. 39, n. 2, p.362-383, 2 maio 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572019-2947>.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa. **O levantamento bibliográfico e a pesquisa científica**. 2011. 13 f. Tese (Doutorado) - Curso de Enfermagem, Usp, São Paulo, 2011.

GLOBO, Agência O. Zebras gordas' de Weintraub, professores que ganham teto salarial são minoria Fonte: undefined -. Ig Mail, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-5, out. 2019.

HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade e polarização entre empregados na agricultura brasileira: 1992-2007. **Sielo**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 417-428, out. 2009.

INEP/MEC. Sobre o Fundeb. Brasília: Fnde, 2017.

JEFFREY, Debora Cristina. A constituição do gerencialismo na educação brasileira: implicações na valorização dos profissionais da educação. **Exitus**, [s. l], v. 2, n. 2, p. 51-60, set. 2016.

OCDE. **EDUCATION AT A GLANCE 2020**. França, 2020.

OLIVEIRA, Cleiton de; SILVA, Guaracy. O Novo Regime Fiscal: tramitação e impactos para a educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico Científico Editado Pela Anpae**, [S.L.], v. 34, n. 1, p. 253-17, 30 abr. 2018. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - RBPAE. <http://dx.doi.org/10.21573/vol34n12018.77586>.

OLIVEN, Arabela Campos; BELLO, Luciane. Negros e indígenas ocupam o templo branco: ações afirmativas na ufrgs. **Open Edition**. Porto Alegre, p. 339-374. abr. 2017.

OMETTO, Ana Maria H.; FURTUOSO, Maria Cristina O.; SILVA, Marina Vieira da. Economia brasileira na década de oitenta e seus reflexos nas condições de vida da população: The Brazilian economy of the 80's and its impact on the living conditions of the population. Revista de Saúde Pública: Print version ISSN 0034-8910 On-line version ISSN 1518-8787, São Paulo, v. 29, n. 5, p.3-8, out. 1995.

MANCEBO, Deise; VALE, Andréa Araujo do; MARTINS, Tânia Barbosa. Políticas de expansão da educação superior no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 60, p. 31-50, mar. 2015.

MARQUES, Luciano. A Academia **Brasileira de Educação declara apoio formal ao Future-se**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/80371-academia-brasileira-de-educacao-declara-apoio-formal-ao-future-se>. Acesso em: 17 set. 2019.

MATOS, Eduardo. Especialistas são cautelosos ao avaliar ensino a distância. **Gzh**, Porto Alegre, v. 5, n. 8, p. 1-5, nov. 2020.

MENEZES, Ebenezer Takuno de. Verbete formação de professores. Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/formacao-de-professores/>>. Acesso em 25 jan 2021.

PAES DE PAULA, Ana Paula Por uma Nova Gestão Pública. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2005.

PINTO, Maira Meira. **RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA::** o caso da universidade de santa cruz do sul. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012. 137 p.

Portaria nº 1428, de 28 de dezembro de 2018. Brasília, Seção 250, p. 59.

RAMOS JÚNIOR, Hélio Santiago. A função da universidade na sociedade do conhecimento. In: INCLUSÃO DIGITAL E SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, 17., 2009, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Caecid, 2009. p. 1-5.

RODRIGUES, Waldecy. Defasagem Salarial de Professores das Universidades Federais. **Sesduft**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 1-2, abr. 2011.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. **Estudos Avançados**, [s.l.], v. 15, n. 42, p.295-304, ago. 2001. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142001000200015>.

TOLOTTI, Rodrigo. **As 6 aquisições que tornaram a Kroton a maior empresa de educação do mundo**. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/negocios/as-6-aquisicoes-que-tornaram-a-kroton-a-maior-empresa-de-educacao-do-mundo/>. Acesso em: 23 abr. 2013.

TOKARNIA, Mariana. **Mais da metade dos estados não paga o piso salarial aos professores, diz CNTE**. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-03/mais-da-metade-dos-estados-nao-paga-o-piso-salarial-aos-professores-diz#:~:text=Bahia%2C%20Cear%C3%A1%2C%20Rio%20de%20Janeiro,seja%2C%20acrescentando%20gratifica%C3%A7%C3%B5es%20e%20complementa%C3%A7%C3%B5es..> Acesso em: 20 mar. 2016.

UFVJM, Grupo de. **Relatório Grupo de Trabalho Programa Future-se**. Diamantina, 2019. 21 p.

VELOSO, Fernando A.; VILLELA, André; GIAMBIAGI, Fabio. Determinantes do “Milagre” Econômico Brasileiro (1968-1973): Uma Análise Empírica*. **Rbe**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p.221-246, jun. 2008.

VINHAL, Gabriela. Empoderada no governo, irmã de Guedes tem livre acesso ao 1º escalão. **Metropoles**. Distrito Federal, p. 1-3. 12 ago. 2019.